JORNAL
CSB
CENTRAL DOS SINDICATOS BRASILEIROS
SINDICATOS FORTES
BRASIL MAIS JUSTO
EDIÇÃO - AGOSTO DE 2015

Reduzir juros, retomar os investimentos públicos e fortalecer a indústria é a receita do desenvolvimento

Seminário Nacional de Formação Política da CSB propõe pacto pela governabilidade do Brasil e trabalha pela união da sociedade para a retomada do crescimento e defesa do emprego

Páginas 6 a 9

João Vicente Goulart, Alvaro Egea, José Augusto Ribeiro, Luiz Sergio Lopes, Carlos Lupi, José Avelino Pereira (Chinelo) e Antonio Neto durante Seminário da CSB

Executiva Nacional aprova a realização do Congresso da CSB em fevereiro de 2016

Página 10

Central vai pressionar o governo para evitar a progressividade na Fórmula 85/95

Página 3

Servidores Públicos debatem a realidade da categoria em evento nacional

Página 4

CSB organiza I Encontro da Mulher Trabalhadora

Página 12

Editorial

Fortalecer o Estado na economia e reduzir os juros é a base para o crescimento

Retomada da industrialização e desenvolvimento do Brasil dependem do investimento no setor produtivo nacional e da luta contra o capital financeiro especulativo

O Brasil enfrenta hoje uma situação muito delicada, na qual fatores políticos, econômicos e externos colocam a Nação em um processo de recessão e desemprego, gerando uma crise cujo desfecho imprevisível assusta a todos os brasileiros comprometidos com o futuro do País. As bases democráticas consolidadas com anos de luta e os avanços obtidos com esta organização estão ameaçados pela especulação de setores interessados apenas em desestabilizar o Brasil.

A política econômica implementada à custa do corte de direitos e do ajuste fiscal está levando o País a um cenário de desestabilização que ameaça os avanços conquistados nos últimos anos. É unânime entre os especialistas que têm uma visão progressista de país que as taxas de juros brasileiras são alarmantes, emperram o consumo e fazem a roda da economia estagnar. Prova disso são os juros do cartão de crédito, que chegam aos imorais 312% ao ano. Os juros altos inviabilizam o setor empresarial, impedindo o financiamento da produção, a ampliação da capacidade instalada ou a modernização do nosso parque produtivo.

Exemplo de como o atual panorama é trágico está em um artigo de Benjamin Steinbruch, diretor-presidente da Companhia Siderúrgica Nacional, que traz números aviltantes dos juros praticados no Brasil. O empresário relata que a taxa de 14,25% ao ano levará o governo, até o final de 2015, a pagar mais de R$ 1 trilhão só de juros da dívida pública. É inegável que os únicos que ganham com os juros elevados são os bancos. Segundo o Dieese, em 2014, as cinco maiores instituições bancárias do País tiveram um lucro líquido de R$ 60 bilhões.

Diante deste cenário, para o Brasil entrar numa real agenda positiva de desenvolvimento, é imprescindível a imediata redução dos juros, a consequente ampliação dos investimentos públicos, o fortalecimento da indústria e a manutenção e ampliação dos empregos.

Não foi à toa que, atenta a estas necessidades, a CSB realizou em julho o Seminário Nacional de Formação Política. Especialistas, como Luiz Gonzaga Belluzzo, discutiram a fundo estes assuntos, propondo alternativas e estratégias para que o Brasil se livre das amarras do capital especulativo e amplie o poder de atuação do Estado sobre a economia. Se o Estado está em crise, não é diminuindo suas responsabilidades e suas garantias que os problemas serão resolvidos. A crise do Estado se resolve com mais Estado.

Esmagados pelo mercado financeiro especulativo, os setores público e privado são os protagonistas da solução da crise, mas carecem da atuação firme do Estado para desempenharem o seu papel. O primeiro está sendo sugado pelos altos juros da dívida, e o segundo não consegue direcionar os recursos para investimento.

É diretamente proporcional a relação entre a participação do Estado na economia com o crescimento econômico e com a industrialização, fator fundamental para qualquer país que deseja ser independente e desenvolvido. O Brasil precisa resgatar a estratégia baseada no fortalecimento da indústria nacional, por meio das empresas estatais, de modo a retomar seu potencial de desenvolvimento. As companhias públicas são fundamentais para garantir a competitividade do País e evitar a ameaça do capital especulativo internacional.

Consequentemente, essa política de atuação do Estado também resolverá o gargalo da iniciativa privada que, diante da falta de desenvolvimento, de crescimento e de recurso para ampliar a produção, vê suas empresas serem destroçadas. O próprio aumento salarial e a manutenção dos ganhos que estávamos acumulando nos últimos anos se tornam praticamente inviáveis sem um Estado forte.

A presença dele na economia e sua atuação eficiente na máquina pública representam a saída para problemas como a histórica luta dos servidores públicos por aumento salarial e regulamentação de carreiras. O dinheiro gasto para pagar os juros da dívida poderia ser transformado em investimentos e valorização dos servidores.

Estes princípios são a base dos ideais e da luta de Getúlio Vargas para transformar o Brasil numa nação próspera, soberana e independente. Ideais que nunca foram tão atuais, comprometidos com aquilo que é nosso. É por isso que temos a responsabilidade de nos mobilizarmos para atacar essa grande ferida que os especuladores e interesseiros insistem em aumentar.

É dever do movimento sindical agir para defender o patrimônio nacional e lutar por mais crescimento, industrialização e justiça social. Por isso propomos um pacto pela governabilidade do Brasil e vamos trabalhar para unir a sociedade na retomada do desenvolvimento e na defesa do emprego da nossa gente. Conclamamos todos vocês para mais esta luta que é de todos os brasileiros.

Antonio Neto
Presidente

FILIE-SE À CSB

CSB
CENTRAL DOS SINDICATOS BRASILEIROS

SINDICATOS FORTES BRASIL MAIS JUSTO

Expediente

CENTRAL DOS SINDICATOS BRASILEIROS - CSB
CNPJ/MF SOB Nº 09.414.140/0001-80
Diretor-presidente: Antonio Neto • *Endereço:* Av. Auro Soares de Moura Andrade, 252, cjs. 91 e 92 - Barra Funda - São Paulo/SP - Brasil - CEP 01156-001 • *Tel.:* (11) 2384-5705 / 5706
Site: www.csbbrasil.org.br • *E-mail:* csbbrasil@csbbrasil.org.br
JORNAL CSB:
Edição Agosto /2015 • *Tiragem:* 50.000 exemplares
• *Jornalista Responsável:* Alessandro Rodrigues - MTb 37.604/SP
• *Repórteres:* Cintia Santiago - MTb 69.548/SP, Daiane Cezário - MTb 73.036/SP, Luciane Mediato - MTb 64.934/SP, Jessamy Kisberi - MTb 62.778/SP, Bruna Pedroso - MTb 63.063/SP e Vanessa Carvalho Elias - MTb 75.925/SP.
• *Projeto Gráfico:* Paulo Barros Jr. • *Diagramação:* Sergio Mirisola
• *Fotos:* Equipe In Time • *Edição, Revisão e Produção Gráfica:* In Time Comunicação
Tel.: (11) 5080-0670 - www.intimecom.com.br

JORNAL CSB
Ago/2015

CSB ressalta importância da fórmula 85/95, mas questiona progressividade

Entidade quer ampliar o diálogo com o governo para acabar com o fator previdenciário, que reduz o valor das aposentadorias

Reunião das centrais com os ministros Carlos Gabas (Previdência), Nelson Barbosa (Planejamento), Miguel Rossetto (Secretaria-Geral da Presidência) e Manoel Dias (Trabalho).

A fórmula 85/95, inserida como emenda na Medida Provisória 664 e aprovada pelo Congresso, estabelece o fim do fator previdenciário, regra que reduz o valor dos benefícios em caso de aposentadoria precoce. Pela fórmula, o trabalhador se aposenta quando a soma da idade do segurado com seu tempo de contribuição for 85 para mulheres e 95 para homens.

Vetada por Dilma Rousseff, a fórmula foi substituída pela MP 676, editada pela presidenta, que, embora utilize a mesma base de cálculo para as aposentadorias, traz em si o princípio da progressividade e tem sido alvo de questionamentos por parte das centrais sindicais.

Para a CSB, é inegável que a medida tornou-se importante alternativa ao fator previdenciário que, desde 1999, tem reduzido o valor das aposentadorias de milhões de brasileiros, mas é preciso considerar seu impacto no médio e longo prazo, já que a fórmula 85/95 será elevada gradualmente, isto é, aumentará um ponto em 2017, um em 2019 e, para os anos seguintes, um algarismo até chegar a 90/100 em 2022.

Para dialogar com o governo e propor mudanças na MP, a CSB participou de reuniões com ministros e com o presidente do Senado, Renan Calheiros, em Brasília.

Segundo Flávio Werneck, vice-presidente da Central, a equipe econômica tem apresentado uma série de medidas para ajustar as contas, mas o trabalhador é sempre o mais penalizado. "Queremos evitar mudanças de regras durante a aposentadoria dos trabalhadores, porque o governo vem fazendo alterações no andamento das aposentadorias. Isso é ruim para o trabalhador, já que não há certeza do cenário daqui a 30 anos", argumentou.

"Consideramos a fórmula de progressividade péssima e vamos trabalhar para que ela seja retirada da MP quando da tramitação no Congresso. Nossa intenção é discutir outras possibilidades que podem resolver os problemas da Previdência e da seguridade social", afirmou o secretário-geral da CSB, Alvaro Egea.

A CSB também se reuniu com as demais centrais sindicais em São Paulo para ampliar os debates sobre o caráter nocivo do fator previdenciário. Segundo números do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), desde que foi criado, o fator previdenciário já atingiu 2.738.478 trabalhadores, 67%, homens e, 33%, mulheres.

As centrais divulgaram nota conjunta em defesa da fórmula 85/95 e contra a progressividade. "Todas as centrais consideram que a fórmula é uma vitória, mas todas também entendem que o escalonamento progressivo é um prejuízo. Então, nestes dois anos, enquanto estiver em vigor a fórmula pura, vamos debater a questão da Previdência de forma sustentável e com profundidade", ressaltou o secretário-geral.

O governo federal instala, em setembro, o Fórum de Debates sobre Políticas de Emprego, Trabalho e Renda e de Previdência Social para discutir a progressividade na fórmula, além da agenda econômica e os cenários de crescimento para o País.

Aumento das alíquotas sobre a lei da desoneração da folha de pagamento ameaça a geração de empregos

Proposta afeta mais de 56 setores econômicos; aprovado pela Câmara, projeto segue para apreciação do Senado Federal

O Projeto de Lei 863/15, sucessor da Medida Provisória 669/15, propõe o aumento das taxas tributárias sobre a desoneração da folha de pagamento para empresas de mais de 56 setores. Sob relatoria do deputado Leonardo Picciani (PMDB-RJ), o texto foi aprovado pela Câmara dos Deputados e prevê que as alíquotas de contribuição previdenciária sobre a receita bruta ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) sejam elevadas de 1% e 2% para 2,5% e 4,5% respectivamente.

A tributação de 2,5% terá impacto sobre as empresas de manutenção e reparo de aeronaves, o setor varejista, os fabricantes de brinquedos e os fornecedores de pedras (granitos e mármores), entre outros. Já a maior alíquota imposta pelo PL (4,5%) atingirá o setor hoteleiro e as empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).

Atenta ao iminente crescimento da taxa de desemprego como consequência do PL 863/158 a CSB mobiliza-se contra o projeto. Junto com entidades do setor de TIC, a Central se reuniu com Leonardo Picciani para debater o assunto. "Não podemos ignorar a importância da desoneração para a formalização e preservação do emprego e da renda de milhares de brasileiros. Se sancionada a alíquota de 4,5% para o segmento de TIC, por exemplo, mais de 151 mil postos de trabalho serão eliminados, isto representa quase 17% da força de trabalho", ressaltou o presidente Antonio Neto.

Em reunião promovida pela Central com Clóvis Scherer, economista do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), o especialista apresentou dados que comprovam a eficácia da política de desoneração. O levantamento constatou que 74 mil empresas beneficiadas pela lei tiveram 17,1% de seu quadro médio de funcionários ampliado em comparação ao aumento de 2,9% em empresas não beneficiadas. A medida também contribuiu para o desempenho das horas trabalhadas, que tiveram um aumento de 9,6 %, e o ganho do salário real, que foi de 2,3%.

O texto do Projeto está em tramitação no Senado e, segundo Antonio Neto, ainda há campo para negociação. "Precisamos intensificar o diálogo com o Senado para que compreenda que a desoneração gerou emprego, renda e contribuiu para o crescimento. Ela também é muito vantajosa para o governo, sobretudo quando consideramos o setor de TI, um segmento superavitário e de vital importância para a competitividade nacional", disse.

Encontro Nacional dos Servidores Públicos reúne mais de 300 dirigentes sindicais no Espírito Santo

Convenção 151 da OIT e a realidade da categoria foram assuntos debatidos no evento promovido pela CSB

Antonio Neto em discurso para mais de 300 dirigentes sindicais no Encontro Nacional dos Servidores Públicos

Para debater políticas trabalhistas que afetam diretamente a realidade dos servidores públicos das três esferas – municipal, estadual e federal –, a CSB realizou em abril o primeiro Encontro Nacional dos Servidores Públicos, na cidade de Aracruz, Espírito Santo. A regulamentação da Convenção 151 da OIT, a terceirização na administração pública, previdência social e qualificação dos trabalhadores foram os principais assuntos discutidos com os mais de 300 dirigentes sindicais presentes na reunião.

Durante os três dias de debate, servidores de várias regiões do Brasil (Bahia, Distrito Federal, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Sergipe e São Paulo) expuseram suas reivindicações e ouviram as propostas da CSB para a defesa da categoria, apresentadas pelo presidente Antonio Neto, que afirmou ser o princípio fundamental da Central formar o sindicalista. "Ficamos felizes e vamos investir em encontros dessa natureza, pois queremos e faremos dos nossos parceiros os mais preparados do Brasil, prontos para todos os enfrentamentos. Aprender cada vez mais é a nossa meta", disse.

Na ocasião, duas moções destinadas à sociedade, aos movimentos sindicais e membros do Congresso Nacional foram aprovadas por unanimidade pelos dirigentes. A primeira, "Pela implementação e efetividade da Convenção 151 da OIT", manifesta a necessidade urgente de regulamentar a Revisão Geral Anual (Art. 37, X, CF/88), da negociação coletiva (mesa permanente) e do Direito de Greve dos Servidores Públicos.

De acordo com Neto, "os sindicatos e associações dos trabalhadores e empresas privadas são organizados e consolidados há anos. No entanto, os funcionários públicos encontram uma série de empecilhos na hora de organizar os sindicatos, as greves e as reivindicações". "A Convenção da OIT precisa ser sancionada com urgência", asseverou o presidente.

No documento, a CSB reafirma a essencialidade da "implementação da contribuição sindical compulsória dos servidores públicos, respeitada a unicidade sindical, para dar a necessária efetividade à Convenção e à própria Constituição, tendo em vista vácuo legislativo que perdura há mais de 17 anos".

Valorização do setor público

Também presentes no Encontro, o vice-presidente nacional da CSB, José Avelino Pereira (Chinelo), e o presidente da FESERP-MG e diretor da Central, Cosme Nogueira, pronunciaram-se sobre a segunda moção: "Pela vedação total da terceirização nos serviços públicos e regulamentação das prestações de serviços na esfera privada".

"Para nós, metalúrgicos, sempre foi uma meta regularizar os terceirizados. No caso dos servidores públicos, não. Para eles, é uma catástrofe, é fatal, e eles sabem disso. De qualquer forma, é um debate que não acaba hoje e demanda ainda outras discussões", afirmou Chinelo, corroborado por Cosme Nogueira.

Segundo o diretor, para os servidores públicos, "a terceirização é danosa". "Somos totalmente contra o Projeto (atual PLC 30/2015). Não podemos correr riscos de ficarmos mais vulneráveis ainda. Não temos segurança, e contamos com a CSB. A nossa Central nunca poderá apoiar qualquer tipo de terceirização no serviço público", assegurou. Para Nogueira, "a luta dos funcionários é antiga e temos de combater a criminalização dos sindicatos que fazem greve no setor".

Jorge Nascimento, presidente da Federação dos Servidores Públicos Municipais do Estado do Espírito Santo (Fespumees), parceira da CSB na promoção do Encontro Nacional, afirmou que confia "na capacidade de união e organização do funcionalismo para vencer o momento, que é bastante difícil", mas lembra da prática antissindical sofrida pelos servidores, como a falta da correção salarial adequada e a ausência de uma convenção coletiva. "Sem uma lei que regulamente e sem a união dos trabalhadores, os servidores ficam à mercê dos prefeitos, governadores, do presidente da República, que dão aumento na hora que quer. Uma desorganização total", lamentou Nascimento.

Previdência Social e Dignidade do Trabalhador

Para tratar da Previdência, o especialista em gestão pública Marcelo Domingues Ebling foi convidado para esclarecer todas as nuances da questão e os regimes de aposentadoria no serviço público.

O advogado e consultor sindical Guilherme da Hora Pereira também destacou uma gama de assuntos de grande interesse do funcionalismo, como a Convenção 151 e a Portaria 326, que dispõe sobre os pedidos de registro das entidades sindicais de primeiro grau no Ministério do Trabalho e Emprego, contribuição sindical dos servidores públicos e direito de greve.

"Contabilidade Pública" e "Assédio Moral" foram outras palestras oferecidas aos participantes, ministradas pela contadora e professora Fabiana Pascoaloto, e a advogada e assessora jurídica do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Uberlândia, Alessandra Ramos Braga, respectivamente.

Ação

Fortalecimento e união dos trabalhadores rurais marcam segundo encontro da categoria

Evento reuniu, em São Paulo, 55 dirigentes sindicais representantes de 20 entidades

Em maio, a CSB realizou o II Encontro dos Trabalhadores Rurais, em Álvares Machado, região de Presidente Prudente (SP). O evento, promovido pela Central em parceria com a Federação Estadual dos Trabalhadores e Empregados Rurais do Estado de São Paulo (Fetragro), debateu e deliberou sobre os desafios para o movimento sindical e para a categoria. Dezenas de líderes rurais do Brasil debateram o benefício previdenciário para os trabalhadores rurais, reforma agrária, qualificação profissional e enquadramento dos profissionais no Cadastro Nacional de Entidade Sindical dos Trabalhadores Rurais.

As palestras foram ministradas por representantes da Previdência Social, do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) e Ministério do Trabalho e Emprego. Segundo Antônio Cerqueira de Souza (Toti), coordenador da Secretaria Nacional dos Trabalhadores Rurais da CSB e presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Quatá, o encontro serviu para fortalecer os laços entre a Central e os sindicalistas, que assumiram o compromisso de trabalhar em prol da ampliação da participação do movimento de trabalhadores rurais nos estados dentro da Entidade. "Outro debate que cabe destacar é o papel da CSB neste cenário e, diante disso, o compromisso de todos que participaram de contribuir em suas cidades para a ampliação do trabalho e para fortalecer a Central e, consequentemente, o movimento sindical", analisou.

Toti (em pé), Paulo Oyamada e Lino de Macedo (ao centro) fortalecem laços com os representantes dos trabalhadores rurais

Defesa da categoria

Lino de Macedo, dirigente da CSB, defendeu a necessidade da criação de um projeto que trate da reforma agrária no País. "O agricultor é a classe mais deteriorada do Brasil e a mais massacrada. Há a necessidade de uma reforma agrária de maior cuidado com os trabalhadores rurais. Ela faz parte das reformas estruturais indispensáveis para que o Brasil seja um país mais igualitário e justo. Esta reforma vem sendo levantada desde o início do século passado, mas sempre encontrou obstáculos na política conservadora nacional. A nossa presidenta precisa dar mais atenção ao movimento dos sem terra", disse.

Segundo Paulo Oyamada, o trabalhador rural é um dos mais importantes profissionais do Brasil. No entanto, é esquecido e desvalorizado pela sociedade e pelo governo. "Sem o agricultor, não haveria comida na mesa dos brasileiros. Sem os trabalhadores da terra, seria impossível produzir roupas, borracha, móveis, entre outras coisas que fazem parte do nosso cotidiano. Precisamos de uma política de valorização do trabalhador rural", avaliou o diretor adjunto de Assuntos de Cooperativismo e Economia Solidária da CSB, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tupã e presidente da Fetragro.

Ação

CSB dá voz aos agricultores familiares durante seminário em Pernambuco

Palestras e debates evidenciaram a realidade da categoria e a atuação dos dirigentes para a melhoria da qualidade de vida do homem do campo

Seminário da Agricultura Familiar buscou caminhos para o protagonismo da categoria

O I Seminário da Agricultura familiar da CSB, realizado no mês de junho, em Pesqueira (PE), reuniu representantes dos trabalhadores rurais da Bahia, Pernambuco, Paraíba, Alagoas e Sergipe. O protagonismo do homem do campo foi um dos temas centrais dos debates. A desvalorização do agricultor familiar e, consequentemente, a falta de capacitação e qualificação profissional transformam a categoria em mera espectadora de sua própria realidade. Os dirigentes também puderam debater sobre a Previdência Social, as novas regras para solicitação de registros sindicais, políticas para a geração de emprego e renda, reforma agrária sustentável, meio ambiente, soberania alimentar e nutricional, segurança pública, educação, saúde, esporte, lazer e infraestrutura no campo.

De acordo com Gedir Santos, presidente da Federação dos Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais de Minas Gerais (Fafer-MG), é importante tornar os agricultores familiares em personagens centrais e agentes atuantes no campo. "Torna-se evidente a urgência da criação de políticas voltadas para a geração de emprego e renda para os trabalhadores. Somente a capacitação e qualificação profissional podem tirar o trabalhador do campo do amadorismo. Nosso grande desafio é começar pela reforma agrária, passando o assentado da condição de agricultor familiar para empresário rural. Isso permitirá a ele gerar renda, emprego e desenvolver o campo, além de ajudar no desenvolvimento da nossa economia", afirmou o dirigente.

Santos explica que o Seminário da Agricultura Familiar deu as bases para que os trabalhadores ampliem sua capacidade de agir em sua própria defesa. "Nós, da CSB, vamos debater muitas políticas públicas voltadas para a agricultura familiar e para o trabalhador rural. Vamos brigar por justiça social, manutenção das pessoas no campo, preservação e resgate da cultura e uma produtividade mais saudável e mais ampla", concluiu.

Painel e lançamento de "A Era Vargas" marcam Seminário da CSB

Ciclo de palestras discutiu caminhos para solucionar a crise brasileira e fortalecer a soberania nacional

João Vicente Goulart, José Augusto Ribeiro e Carlos Lupi participam do Painel "Herdeiros de Vargas" no Seminário da CSB

O Seminário Nacional de Formação Política da CSB, realizado em 7 de julho, em São Paulo, debateu a importância do legado de Getúlio Vargas para a história e o futuro do Brasil. Palestras com autoridades e especialistas em política e economia apresentaram caminhos para o desenvolvimento do País, a soberania de seu povo e a força dos trabalhadores. Nesta e nas próximas três páginas estão expostos os principais momentos de cada palestra.

A Era Vargas

O lançamento da trilogia A Era Vargas, do jornalista José Augusto Ribeiro, no Seminário da CSB, reafirmou os ideais e princípios trabalhistas da Central. Para o autor, lançar a obra representa, de um lado, o resgate de um passado nacional. "Esse passado nos tirou da condição de país semicolonial para a condição de industrializado e que chegou a ser a sexta economia do mundo. Mas, representa também uma perspectiva de futuro. Porque aquilo que havia lá no passado está se repetindo", disse o autor.

Ribeiro destaca ainda a parceria com a CSB, que apoiou o lançamento da obra. "A Central tem uma posição de vanguarda nesta questão porque entendeu que existe junto da nossa questão social, da nossa enorme dívida social, uma questão nacional", completou.

Herdeiros

No painel apresentado por José Augusto Ribeiro; Carlos Lupi, ex-ministro do Trabalho e Emprego e presidente do PDT; e João Vicente Goulart, filho do presidente Jango, o legado deixado por Getúlio Vargas na política, nas bases econômicas e no projeto de governo voltado para o povo e os trabalhadores foi o tema central.

O autor da trilogia A Era Vargas se emocionou com o caráter nacionalista de todo o Seminário. "Ouvi aqui afirmações patrióticas, da dignidade brasileira. Nós também queremos viver com dignidade", disse visivelmente emocionado. O patriotismo, o sentimento de justiça social e os ideais de luta pelo desenvolvimento do Brasil, tão defendidos por Vargas, foram lembrados pelo jornalista.

Segundo ele, a justiça social precisa de desenvolvimento, e este carece de soberania para enfrentar os interesses de grupos nativos ou estrangeiros. "O primeiro ato de Getúlio foi criar o Ministério do Trabalho e iniciar as leis trabalhistas. E isso não seria possível sem o desenvolvimento da economia brasileira", recordou. "Vargas deixou as conquistas num conjunto coordenado, harmônico, porque ele tinha uma visão de Brasil que pertence ao nosso futuro. E precisamos voltar a isso", completou.

João Vicente Goulart, José Augusto Ribeiro e Carlos Lupi recebem homenagem da CSB

Carlos Lupi ressaltou que a educação é uma das heranças do ex-presidente para o futuro do Brasil. "Estão querendo colocar o jovem na cadeia para se profissionalizar no crime. Só a escola pode construir o futuro de uma nação, e só a educação salva o jovem da criminalidade", afirmou.

O legado de Vargas está na capacidade que o Brasil terá de fazer a sociedade pensar, explica o presidente do PDT. "A Era Vargas é uma janela que se abre para o futuro", disse. "Está errado não pensarmos em ciência e tecnologia. Só seremos respeitados se respeitarmos a nossa história", defendeu.

João Vicente Goulart apontou a importância de debater o trabalhismo proposto por Getúlio Vargas, além das reformas de base e as lutas da classe trabalhadora, que começaram nas primeiras décadas do século 20.

Diante do atual cenário político, econômico e social brasileiro, João Vicente observa um panorama alarmante. "Nos preocupa sobremaneira a condução política que o País está tendo neste momento e o desdobramento que possa vir a ter quando todos os mecanismos de empresas multinacionais estão conspirando contra a democracia, nossa liberdade e os diretos dos trabalhadores brasileiros", alertou.

Confira a galeria de fotos completa do Seminário no site da CSB.

JORNAL CSB
Ago/2015

Vice-governador de SP destaca a importância do sindicalismo para a retomada do desenvolvimento

Márcio França também apontou a importância das instituições públicas para o crescimento

José Avelino Pereira (Chinelo) entrega homenagem ao vice-governador Márcio França

Na abertura de sua palestra, o vice-governador de São Paulo Márcio França parabenizou a CSB pela aferição no início deste ano, quando o Ministério do Trabalho e Emprego reconheceu a legitimidade da Central. "Furar bloqueios dentro da estrutura sindical é sempre muito difícil, e eu sei que vocês tiveram que construir tudo isso a partir de muita intervenção. É muito importante dar uma nova cara à mobilização sindical. Quanto mais o movimento for plural, preferível, pois permite que tenhamos uma visão crítica que vocês estão começando a desenvolver", afirmou.

O vice-governador apontou que o Brasil precisa voltar as atenções ao aprimoramento dos serviços públicos, sobretudo àqueles que, segundo ele, formam o tripé de desafios do governo: saúde, educação e segurança. "Todo mundo quer fugir dos serviços públicos, da escola pública, do hospital público", apontou.

Para o desafio, disse: "mais importante que os partidos, são as centrais sindicais" e ainda foi categórico ao destacar a relevante resistência erguida pela CSB. "Vocês deram passos importantes aqui. Eu soube que fizeram um crescimento de 50% em cinco anos", argumentou.

O palestrante também apresentou suas percepções sobre a crise política, econômica e de confiança que a Nação enfrenta. Em sua crítica, ele menciona que, embora o País tenha evoluído no que diz respeito aos eixos sociais, ainda é preciso apropriar-se da vida política. "Todos os problemas que vocês estão vendo hoje, tudo isto se altera só com política, e pequenas ações do governo podem ser decisivas", acentuou.

Entretanto, o vice-governador reitera que é preciso manter as boas expectativas, visto que o Brasil tem evoluído de forma significativa nos últimos anos. "Mesmo com essas dificuldades, precisamos pensar que estamos caminhando. Em 50 anos saímos de uma ditadura militar, em que não havia possibilidade de discussão, de organização sindical, as pessoas puderam ter direito ao voto direto. Esta fase importante foi quando implantamos a democracia", finalizou.

José Fogaça defende unicidade e contribuição sindical

"A contribuição assegura o direito de liberdade de existir aos sindicatos", afirma deputado

José Fogaça (PMDB-RS) foi sub-relator da Assembleia Nacional Constituinte e um dos senadores que, em 1988, contribuíram para a concepção da nova Constituição. E dentre as contribuições do deputado federal para a Carta Magna está o Artigo 8º, que dispõe sobre a livre associação sindical, garante a unicidade sindical e estabelece a contribuição compulsória para o financiamento das atividades e representações dos trabalhadores por meio dos sindicatos.

De acordo com Fogaça, a organização sindical brasileira passava por um momento bastante crítico quando a Constituinte foi formada. Tudo que nós fizemos na Constituinte foi não repetir o modelo vigente durante o regime militar. De alguma maneira, isso pode se aplicar a várias situações, e uma delas é a da emenda em que se gestou o Artigo 8º. Havia um desejo de mudança, de dar um passo avante, e se tinha muita incerteza quanto ao futuro. O modelo que pensamos foi baseado na ideia de que alguns valores permanentes deveriam ficar e valores novos deveriam ser agregados à estrutura sindical brasileira. Tínhamos a certeza de que isso poderia significar algo duradouro, que pudesse edificar e estruturar um novo momento na realidade sindical brasileira", lembrou.

Para compreender as angústias do povo, ao montar o texto que resultou no artigo que rege as relações sindicais, é preciso entender o que havia antes, explica o deputado. "O Brasil antes de 1988 ainda tinha um movimento sindical sob o controle do governo. Não eram os trabalhadores que tinham direito de iniciativa. O governo decidia quais categorias ele autorizava que se instalassem em sindicatos. O sindicato dependia de autorização para existir, submetidos ao Ministério do Trabalho e Emprego.

Segundo o palestrante, uma central sindical da época defendia a Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que trata da pluralidade sindical, porém, os sindicatos não queriam a pluralidade, pois enfraquece a instituição de defesa dos trabalhadores. "Nós, da Constituinte, ficamos entre duas grandes vertentes, e, diante disso, fizemos uma convergência desses valores, procuramos estruturar o sistema a partir de um certo hibridismo que procurou conservar alguns elementos que consideramos importantes. Garantimos a autonomia dos sindicatos, garantindo a contribuição compulsória, e mantivemos a unicidade sindical que garante a defesa dos interesses dos trabalhadores. A contribuição assegura o direito de liberdade de existir aos sindicatos. Além disso todos, filiados ou não, beneficiam-se com as conquistas, melhorias e avanços conquistados pelo sindicato. E aí chegamos a essa conclusão: garantir contribuição é garantir liberdade ", disse.

Fogaça: "Todos, filiados ou não, se beneficiam com as conquistas, melhorias e avanços conquistados pelo sindicato. Chegamos à conclusão: garantir contribuição é garantir liberdade"

Confira a galeria de fotos completa do Seminário no site da CSB.

Belluzzo afirma que Brasil perdeu capacidade industrial com as privatizações

Para o professor e economista, soberania nacional é estratégica para a retomada do desenvolvimento

Belluzzo falou sobre o desequilíbrio fiscal que prejudica os mais vulneráveis

Apontando os desafios que a ditadura do mercado financeiro impõe ao crescimento do Brasil, o economista e consultor editorial da Carta Capital, Luiz Gonzaga Belluzzo, foi categórico em sua análise sobre o atual cenário de crise. "Durante vinte anos, desde a estabilização com o plano real, nós, sistematicamente, valorizamos o câmbio e fragilizamos a indústria brasileira. A participação da indústria caiu para 13%. Sofremos um processo de desindustrialização e isto é a grande herança da incapacidade que o Brasil teve para se reajustar as novas regras da economia internacional", afirmou.

Um dos interlocutores do painel "Situação econômica e alternativas para a retomada do desenvolvimento", Belluzzo acredita que o País precisa resgatar a estratégia baseada no fortalecimento da indústria nacional para voltar a crescer. "Os grandes articuladores da industrialização eram as empresas estatais – Eletrobrás, Petrobrás, Siderbrás. O papel estratégico das empresas estatais foi fundamental, e nós destruímos isto com a privatização", disse.

Diante do atual pacote de ajuste econômico empreendido pela equipe do governo, o especialista afirma que o verdadeiro reajuste deveria considerar as parcelas mais vulneráveis da população. "Esse seria o verdadeiro ajuste fiscal: fazer com que pagassem os que ganham mais e preservar os que ganham menos. O sistema fiscal brasileiro é injusto e regressivo. Você tem um profundo desequilíbrio fiscal no Brasil, sim, porque os que pagam não são os mesmos que recebem os benefícios da carga fiscal", condenou.

Em análise sobre os efeitos da política neoliberal, Belluzzo destacou que o modelo não extrai a participação do Estado, mas desloca sua responsabilidade com políticas de bem-estar à absorção da lógica financeira. "É uma mentira essa história de mais Estado e menos Estado. Existe capitalismo sem Estado? Aliás, capitalismo e Estado nasceram juntos e um em função do outro. O que aconteceu aqui no Brasil é que os mercados financeiros impuseram suas razões à política econômica, e nós estamos fazendo este maldito ajuste fiscal, que não precisava. Não estou dizendo que não tivesse desequilíbrio, mas olha que estão produzindo", finalizou.

Adriano Benayon diz que juros inviabilizam a produção

Economista defendeu a necessidade do investimento em tecnologia nacional

A ampliação da indústria brasileira e a necessidade do desenvolvimento tecnológico foram os principais pontos defendidos por Adriano Benayon, doutor em economia pela Universidade de Hamburgo, na palestra "Situação Econômica atual e alternativas para a retomada do Desenvolvimento".

De acordo com o economista, a desnacionalização da indústria brasileira começou em 1954 com o fim do governo de Getúlio Vargas e foi agravada com o presidente Juscelino Kubitschek. "Com o fim da era Vargas, o Brasil adotou um modelo econômico que implantou a dependência financeira e tecnológica do País. Abortou-se, assim, a verdadeira indústria nacional, que surgiu no início do Século 20. A ditadura militar deu continuidade a essa política econômica e financeira, que contribuiu para a desnacionalização", disse.

Segundo Adriano Benayon, a economia brasileira perde qualidade por meio da concentração da renda, da desnacionalização, da desindustrialização e do consequente empobrecimento tecnológico. "O superfaturamento de importações e a remessa de lucros das multinacionais colocaram o Brasil em uma rede econômica que ele não consegue se desvencilhar e jogaram o País em um abismo econômico", argumentou.

Dirigentes apoiaram a defesa do investimento em tecnologia nacional pelas estatais brasileiras

Outro ponto criticado pelo economista foi a política econômica implementada pelo Banco Central, de aumento da taxa de juros. "Os juros fazem parte dos custos de produção, ou seja, além de dissuadir investimentos produtivos e assim reduzir a oferta de bens e serviços, também é determinante da alta dos preços. Essa política torna ainda mais concentrados a renda e o poder nas mãos dos oligarcas financeiros", pontuou.

Confira a galeria de fotos completa do Seminário no site da CSB.

Central lança campanha em defesa do Pré-Sal e do regime de partilha

Iniciativa luta pela soberania da Petrobras, do patrimônio nacional e contra o capital especulativo internacional

Ex-ministro do Trabalho Carlos Lupi falou sobre o legado de Vargas e a importância da Petrobras para o avanço do Brasil

A CSB lançou, durante o Seminário Nacional de Formação Política, uma campanha em defesa do Pré-Sal, da Petrobras e contra o Projeto de Lei 131/2015, de autoria do senador José Serra (PSDB-SP), que propõe a modificação no sistema de partilha do Pré-Sal e a diminuição da participação da Petrobras na exploração do petróleo brasileiro.

Para a CSB, a proposta do senador tucano destrói a soberania nacional do petróleo e deixa a Petrobras à mercê do capital especulativo privado nacional e internacional. O presidente Antonio Neto disse que a Entidade vai encampar uma luta contra a tentativa de privatização da Petrobras. "Vamos colocar o movimento sindical para dizer 'não' a essa proposta entreguista, porque ela quer acabar com os percentuais para a educação e a reindustrialização do Brasil, e colocar o patrimônio do País nas mãos dos interesseiros", afirmou.

O Projeto de Serra altera a Lei 12.351/2010, que estabelece a participação mínima da Petrobras no consórcio de exploração do Pré-Sal e a obrigatoriedade de que ela seja responsável pela "condução e execução, direta ou indireta, de todas as atividades de exploração, avaliação, desenvolvimento, produção e desativação das instalações de exploração e produção".

Antonio Neto revelou que o atual momento nada mais é do que a repetição da história. "Já passamos por um momento político semelhante, em que os mesmos interesses se movimentaram para impedir a criação da Petrobras pelo presidente Getúlio Vargas. Foi com a campanha "O petróleo é nosso" que Vargas despertou a sociedade e ganhou as ruas, rompendo o discurso vigente de que apenas o capital privado ou internacional poderia construir e comandar uma organização nacional economicamente forte", criticou o presidente.

Importância do Pré-Sal

A aprovação do Plano Nacional de Educação, em 2014, e a destinação de 75% dos royalties e de 50% do fundo social do Pré-Sal para a educação – o que representa, nos próximos 35 anos, R$ 1,3 trilhão em investimentos – são a mostra de que a Petrobras é vital para o desenvolvimento nacional.

Durante o Seminário da CSB, os palestrantes já destacavam a campanha orquestrada por grupos estrangeiros interessados em tomar posse do petróleo brasileiro. Para o dirigente, a sociedade brasileira precisa estar atenta à necessidade de mobilização em defesa de um patrimônio que é dela. "Vamos lutar contra a venda, a entrega e o desmonte da Petrobras", reiterou Antonio Neto.

"Bonifácio já pensava em industrialização e Vargas foi o grande construtor da indústria nacional", afirma embaixador

Carlos H. Cardim expôs a vida e obra de José Bonifácio, o Patriarca da Independência

Embaixador Carlos Henrique Cardim em palestra sobre o patriarca da independência José Bonifácio

Soberania nacional e desenvolvimento industrial deram o tom da palestra do embaixador e chefe da Assessoria de Assuntos Internacionais do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) Carlos Henrique Cardim. O palestrante falou sobre a "Vida e obra de José Bonifácio, o Patriarca da Independência".

A importância do sentimento nacionalista também foi ressaltada pelo cientista político e doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP) ao discorrer sobre a trajetória de vida do primeiro ministro brasileiro. José Bonifácio de Andrada e Silva, nascido na segunda metade do século 18 em Santos, foi uma figura de perfil múltiplo, que conquistou a confiança do príncipe regente D. Pedro I.

"Quando ele voltou ao Brasil [após anos na Europa], José Bonifácio tinha um projeto montado do que ele queria que fosse a nação", explica o embaixador. De acordo com Cardim, apesar de o patriarca da independência ter defendido uma ativa participação do País no cenário internacional e possuído uma personalidade formada por dicotomias, ele ainda "é um exemplo concreto do brasileiro autoexilado que nunca perdeu o espírito Brasil", contou o palestrante.

Patriota, Bonifácio deixou como legado uma mensagem clara que pode oferecer uma alternativa de raciocínio para solucionar até os desafios da atual conjuntura política brasileira, segundo Cardim: a importância de pensar no País como um todo. O embaixador também destacou a influência de José Bonifácio e do ex-presidente Getúlio Vargas na industrialização do Brasil. Segundo Carlos Henrique, "tanto Getúlio quanto Bonifácio foram homens de ciência. Bonifácio já pensava em industrialização e Vargas foi um grande construtor da indústria nacional". "Se o Brasil não fosse industrial, não seria uma nação democrática", finalizou Cardim.

União com movimentos sindicalistas internacionais também marcou o Seminário da CSB

Convidados a fortalecer as relações sindicais entre Brasil e México, Antonio Álvarez Esparza (CROC) e o jornalista mexicano Lorenzo Carrasco explanaram no Seminário a respeito da pressão exercida pela ordem econômica mundial sobre os latino-americanos. "Os trabalhadores do México, neste momento, estão lutando contra os mesmos inimigos que vocês", ressaltou Esparza.

Confira a galeria de fotos completa do Seminário no site da CSB.

Diretoria Executiva aprova a realização do Congresso Nacional da CSB

Evento acontecerá em Brasília, em fevereiro de 2016. Dirigentes também debateram o recente Programa de Proteção ao Emprego criado pelo governo

Diretoria aprovou a realização do Congresso da CSB em fevereiro de 2016

A Diretoria Executiva da CSB se reuniu em julho e aprovou a realização do II Congresso Nacional da Central entre os dias 24 e 26 de fevereiro de 2016. O evento acontecerá em Brasília e contará com a presença de 1.500 dirigentes sindicais, além de autoridades, políticos e expositores. Palestras com personalidades, sobre temas de interesse nacional, também estão na programação.

O Congresso tratará de assuntos do cenário político, econômico e social, além de temas essenciais para a realidade dos trabalhadores. Serão três grandes eixos de discussão: a reindustrialização do Brasil, o fortalecimento da Central e a luta na defesa da classe operária.

Outro destaque foi a divulgação do Programa de Proteção ao Emprego (PPE), por meio da Medida Provisória 680/2015, criado pelo governo para socorrer as multinacionais. Neto debateu com os dirigentes o caráter nocivo da proposta, que utiliza recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para custear os lucros das empresas. O PPE permite a redução da jornada de trabalho em até 30%, com redução também do salário.

"Vamos debater a proposta com a presidenta Dilma, porque nada que tira direito e salário do trabalhador pode ser considerado bom", reiterou. O custo projetado para o Programa é de R$ 95 milhões para um ano e meio, sendo R$ 26,9 milhões em 2015 e R$ 67,9 milhões em 2016.

Sobre a estruturação da CSB, Antonio Neto lembrou o acentuado crescimento da Central em um curto espaço de tempo, além da consolidação das regionais em cada estado brasileiro. "A nossa tarefa principal é ampliar os quadros e fortalecer a base de sindicatos, além de trazer novos companheiros dispostos a nos ajudar nessas batalhas. Sempre tivemos como ideal ir onde o trabalhador está. E, para isso, vamos trabalhar forte para fortalecer a estrutura de nossas regionais por esse Brasil afora", destacou.

Central apoia mobilização nacional em defesa dos taxistas e contra o Uber

Aplicativo presta, ilegalmente, serviço de transporte de passageiros, ameaçando os direitos dos trabalhadores e a segurança da população

Presente em mais de 300 cidades de 57 países, a criminosa plataforma de transporte alternativa Uber vem gerando desordem por onde passa. Isto porque, sob o rótulo de aplicativo de carona remunerada, o serviço opera sem observar a legislação sobre transporte de passageiros nos territórios em que atua, produzindo, assim, concorrência desleal ao ofício dos taxistas, além de expor ao risco milhares de passageiros.

Por ser a central que concentra o maior número de sindicatos de taxistas no Brasil, a CSB reafirmou sua posição contrária à ilegalidade do aplicativo e tem cobrado das autoridades a extinção do sistema que conecta motoristas de carros particulares a passageiros, ultrapassando o disposto no Art. 12 da Lei 12.587/2012, em que "os serviços de utilidade pública de transporte individual de passageiros deverão ser organizados, disciplinados e fiscalizados pelo poder público municipal, com base nos requisitos de segurança, conforto, higiene, qualidade dos serviços e de fixação prévia de valores máximos das tarifas a serem cobradas".

Em defesa dos taxistas, a CSB divulgou duas notas condenando o Uber. A primeira delas foi direcionada ao Congresso Nacional e manifesta a urgência de impedir o aplicativo no País. Já a segunda repudiou a declaração do jornalista Alexandre Garcia, que, em rede nacional de televisão, confessou usar o aplicativo ilegal e emitiu opinião favorável ao serviço durante a transmissão do telejornal "Bom dia Brasil", da TV Globo, uma emissora que detém concessão pública de comunicação.

Fundação do Sindicato Nacional dos Aposentados do Brasil

Durante a reunião da Diretoria Executiva da CSB, foi aprovada a criação do Sindicato Nacional dos Aposentados do Brasil. A Entidade representará os 17 milhões de beneficiários do INSS, além dos pensionistas, em todo o País.

Compõem a diretoria executiva do Sindicato o presidente Lucio Bellentani; os vice-presidentes Bartolomeu França e Francisco Cardoso Filho (Chicão); o secretário-geral Oscar Martorelli Mattos; o primeiro-secretário Rosalino Jesus de Barros; o tesoureiro Ismael de Souza; a primeira-tesoureira Maria Abadia de Souza e os suplentes de diretoria Salvador Roberto Pinheiro, Idivarcy Martins e José Ferreira do Nascimento. O conselho fiscal será composto por Alcides Ribeiro Soares e Aureliano Cerqueira. A Entidade contará com a participação honrosa do jornalista José Augusto Ribeiro.

JORNAL CSB
Ago/2015

Movimentadores de mercadorias debatem reivindicações com Manoel Dias

Ministro do Trabalho e Emprego se comprometeu a criar grupo de trabalho para solucionar os problemas da categoria

Manoel Dias ouviu as reivindicações dos movimentadores na sede da CSB em São Paulo

Em julho, representantes dos movimentadores de mercadorias se reuniram com o ministro do Trabalho e Emprego Manoel Dias na sede da CSB, em São Paulo, para debater a situação dos trabalhadores avulsos, cuja contratação por parte das empresas tomadoras com intermediação dos sindicatos tem sido alvo de autuações dos auditores fiscais do Trabalho.

A reunião contou com a presença de 25 dirigentes, que representam mais de 14 milhões de trabalhadores no setor. Participaram do encontro as federações de representação nos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e de Goiás, Bahia, Ceará e Tocantins.

Os dirigentes condenaram as ações dos auditores fiscais do Ministério do Trabalho, que têm autuado os sindicatos que intermedeiam a contratação dos trabalhadores avulsos. A Lei 12.023/2009, que dispõe sobre a regulamentação da categoria, determina no Artigo 3º que "as atividades de que trata a lei serão exercidas por trabalhadores com vínculo empregatício ou em regime de trabalho avulso nas empresas tomadoras do serviço".

No encontro, Manoel Dias se comprometeu a criar um grupo de trabalho dentro do MTE para debater as reivindicações. "As queixas que os sindicalistas trouxeram aqui são cabíveis, por isso vamos criar um GT, composto por representantes dos trabalhadores e do Ministério do Trabalho, para poder debater as reclamações e apresentar soluções que sejam benéficas aos trabalhadores. A função dos auditores do Ministério é atuar como um mecanismo de proteção à classe trabalhadora, e, se isso não está acontecendo, precisamos abrir um debate e encontrar uma solução", afirmou.

Para Antonio Neto, a Central cumpre o seu papel de representante de 90% dos movimentadores de mercadorias no Brasil. "Nós conseguimos que o Ministério ouvisse os problemas da categoria e se sensibilizasse com a causa criando um GT que irá debater e buscar soluções que serão positivas para os sindicatos e trabalhadores", explicou.

Reivindicações

Segundo o presidente da Federação dos Movimentadores de São Paulo, Alfredo Ferreira de Souza, a lei exige que os trabalhadores avulsos sejam contratados em forma de rodízio, porém, a maneira como este rodízio deve ser realizado não está explícita, e isso tem gerado problemas para os sindicatos. "O rodízio de profissionais tem o intuito de fazer com que todos os trabalhadores tenham acesso às vagas de emprego, porém, quando se tem uma única empresa na região, fica difícil realizar esse rodízio, e, muitas vezes, os fiscais do MTE aparecem e autuam a empresa tomadora de serviço e o sindicato que mediou a contratação", disse.

As federações também observaram que é necessário considerar as especificidades da categoria, uma vez que o modelo de trabalho não se enquadra na ilegalidade declarada pelos órgãos de fiscalização. "A Constituição Federal deu o direito de igualdade para o celetista e o avulso. O que precisa acontecer é uma regulamentação sobre o trabalho avulso dos movimentadores de mercadorias. Queremos que o Ministério nos dê indicativo sobre a forma que eles querem essa escala de rodízio", destacou Raimundo Firmino dos Santos, presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores na Movimentação de Mercadorias.

Para Marconi Matereli Câmpara, presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Movimentação de Mercadorias em Geral de Contagem, Betim e Região (Sintramov), há um grande equívoco do MTE na tentativa de tirar os trabalhadores da informalidade. "Eles são parte da categoria dos movimentadores e têm seus direitos garantidos pelos sindicatos. Muitas empresas que trabalham com a sazonalidade da produção precisam dos trabalhadores avulsos, pois estes irão atuar dentro da tomadora de mão de obra por um período curto de, no máximo, 3 meses. O Ministério precisa reconhecer essas peculiaridades dos movimentadores", argumentou.

"Vamos criar um grupo para debater as reclamações e apresentar soluções aos trabalhadores." Manoel Dias

Fiscalização

Outro ponto discutido foi a questão da fiscalização das empresas que não cumprem a lei, a regularização dos sindicatos e a inserção dos trabalhadores avulsos no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

Manoel Dias se comprometeu a criar uma diretriz de fiscalização e também a erradicar a informalidade na categoria. Regulamentada em 2009, a profissão de movimentador ainda apresenta um número alto de trabalhadores informais. Segundo documento entregue ao ministro pelos representantes do setor, mais de dois milhões de trabalhadores não têm registro em carteira.

Plenárias estaduais consolidam o trabalho da Central pelo Brasil

CSB busca fortalecer suas bases e ratificar o compromisso de luta pelos trabalhadores

São Paulo, Paraná, Paraíba, Ceará e Rio Grande do Sul receberam reuniões plenárias da CSB no primeiro semestre de 2015. Com estas ações, a Central estabelece seu planejamento estratégico de consolidação de suas bases em todas as regiões brasileiras, além de ampliar os quadros de filiação, discutir a realidade nacional e dar voz aos trabalhadores.

Confira nas imagens mobilizações Brasil afora.

PARANÁ

O evento, realizado em junho, reuniu mais de 70 sindicalistas e contou com a participação do presidente Antonio Neto, do secretário-geral Alvaro Egea e do coordenador estadual Juvenal Pedro Cim.

CEARÁ - Nova Olinda (Cariri)

Na plenária realizada em Nova Olinda, na região do Cariri, no Ceará, a CSB presenciou a realidade dos trabalhadores locais e as dificuldades dos sindicatos. Entidades de servidores públicos municipais, de agricultores familiares, comerciários, taxistas, mototaxistas, oficiais de justiça, entre outras categorias, participaram do encontro. Antonio Neto visitou uma das casas do programa Minha Casa, Minha Vida Rural, projeto social realizado por meio de parceria entre governo federal e entidades sindicais da região para a construção de 50 imóveis.

PARAÍBA (Itaporanga - Vale do Piancó)

Pela primeira vez um presidente de central sindical visitou a cidade de Itaporanga, no Vale do Piancó, na Paraíba. Antonio Neto discutiu com os dirigentes as principais reivindicações dos trabalhadores da região. O encontro aconteceu em maio.

SÃO PAULO

A Plenária reuniu cerca de 100 dirigentes sindicais de 40 sindicatos do estado de São Paulo. Representantes dos agricultores familiares, trabalhadores rurais, têxteis, taxistas, metalúrgicos e servidores públicos participaram da reunião.

CSB Mulher

A CSB promoveu, durante o mês de junho, o Encontro das Integrantes da Executiva e Direção Nacional em São Paulo. O primeiro dia do evento foi pautado pelo curso "Políticas Públicas de Gênero", da Fundação Ulysses Guimarães. As sindicalistas debateram o assédio moral no trabalho, a diversidade cultural, a violência contra a mulher, a mulher no mercado de trabalho e a expansão da consciência.

Durante o evento, as dirigentes também definiram as diretrizes para o I Encontro da Mulher Trabalhadora da CSB, que será realizado em fevereiro de 2016 e debaterá os direitos da mulher no mercado de trabalho e a busca pela igualdade de gênero.

Capacitação

Em parceria com o Dieese, a CSB realizou o curso "Estrutura e Processo de Negociação Coletiva" para os movimentadores de mercadorias do estado de São Paulo e os servidores públicos do Distrito Federal. As aulas aconteceram em Ribeirão Preto e na sede do Sindicato dos Policiais Federais (Sindipol/DF), em Brasília.

A iniciativa, que faz parte do cronograma de atividades da Central desde sua origem, tem o objetivo de apresentar o conceito, processo e as principais técnicas de negociação aos dirigentes sindicais na hora de discutir aumentos salariais e melhorias para os trabalhadores com o patronal.

JORNAL CSB
Ago/2015

Carta aberta a Chicago

Antonio Neto*

Após se lançar numa aventura suicida, cortando direitos trabalhistas e sociais para atender aos caprichos dos operadores do mercado financeiro instalados na equipe econômica – distanciando-se do projeto de combate à miséria pelo qual lutamos e defendemos –, integrantes do primeiro escalão do governo partiram para a chantagem explícita contra o povo e aliados que mantiveram seus princípios.

Um dia após a votação da MP 665, que corta o direito de os trabalhadores acessarem o seguro-desemprego, seguro-defeso e abono salarial, o senhor ministro da Fazenda, Joaquim Levy, teve a desfaçatez de insinuar restrições nos programas sociais caso o Congresso Nacional não chancele a sua proposição de aviltar os direitos sociais e o programa de desoneração que promoveu a geração e formalização de milhões de empregos.

Além de mais uma vez contradizer a presidenta Dilma Rousseff, Levy reafirma a sua posição de sabotador do governo, de inimigo dos trabalhadores e do setor produtivo, restando-lhe a triste qualificação de agente dos especuladores.

Se o governo pretendia cortar cerca de R$ 18 bilhões do Orçamento, não precisaria fazê-lo através da criação do Fator Previdenciário para as viúvas, da terceirização da perícia médica, do aumento da criminalidade entre os jovens que não mais terão o seguro-desemprego, dos trabalhadores rurais, dos pobres deste país.

Se a desoneração da folha de pagamento, que gerou empregos e arrecadação indireta para o governo, precisa ser cortada para não atingir o programa "Minha Casa, Minha vida", afirmamos que o ministro está inteiramente equivocado, pois existem maneiras mais justas de economizar. Não precisa minar os programas, muito menos os princípios que sustentam este governo.

O senhor Levy sabe que a redução de 1% na taxa de juros (Selic) representa uma economia de mais de R$ 25 bilhões ao ano, que o aumento dos impostos funciona como um freio para o crescimento econômico (1% da carga de tributos reduz o PIB, no longo prazo, em até 3,8%, como mostrou estudo do Ipea), que a taxação das grandes fortunas renderia ao governo mais de R$ 100 bilhões ao ano, que a pensão ilimitada das filhas de militares consomem mais de R$ 5 bilhões ao ano, que a corrupção, falta de fiscalização, sonegação, entre outros desvios, drenam bilhões dos cofres públicos.

Se é possível cortar dos ricos e do sistema financeiro, por que punir os pobres, as viúvas, os trabalhadores? A explicação só pode ser a de mostrar aos especuladores que o governo, eleito pelo povo pobre deste país, tem coragem de chicotear esta parcela da população para obter índice de credibilidade. É o mesmo que matar o melhor amigo para tirar nota seis na escola.

Talvez o ministro Levy não tenha dimensão do efeito de sua aventura. Mas saiba, ministro, que o senhor humilhou parlamentares que possuíam uma história em defesa dos trabalhadores e dos direitos sociais. Obrigou-os a romper com seus princípios. Lembre-se de que há pouco tempo os mesmos apontavam o dedo para seus pares, acusando-os de rasgar a CLT. Não deve ser fácil entrar agora para a história como traidores. Pelo menos uma dezena tentou se salvar, sumindo da Câmara dos Deputados.

O senhor fez com que históricos parlamentares, com suas bandeiras vermelhas em punho, depusessem seus martelos quebrados e seguissem bovinamente para um voto em favor do imperialismo capitalista.

O senhor chancelou de traidores os integrantes dos partidos que tiveram a coragem de se manter fiéis ao projeto que ajudaram a eleger e ainda pode, ministro, macular entidades e pessoas que aceitariam vender os trabalhadores por cargos.

Além disso, o senhor está promovendo a sensação no País de que a presidenta seguiu um caminho inverso ao que prometeu na campanha.

O senhor ainda entregou aos conservadores a bandeira da defesa dos direitos trabalhistas. Ministro, o senhor está ajudando a destruir as conquistas deste país, o desenvolvimento, o ProUni, a exploração do Pré-Sal pela Petrobras, enfim, nossas conquistas.

Senhor ministro, faça-nos um favor, antes que seja tarde, pegue sua panela e volte para Chicago.

*Presidente da Central dos Sindicatos Brasileiros

Entidades sindicais cobram ações do governo para combater o alto número de suicídios de policiais federais

Vice-presidente da CSB participou de reunião que aconteceu na Comissão de Direitos Humanos da Câmara

Representantes sindicais da Polícia Federal (PF) participaram de uma reunião na Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara (CDHM) para debater sobre as condições de trabalho dos policiais federais. Ações que contenham a elevação do número de suicídios dentro das corporações foram a principal cobrança dos dirigentes durante o encontro com parlamentares.

Flávio Werneck criticou a inércia do Ministério da Justiça e do Departamento da Polícia Federal

Para Flávio Werneck, vice-presidente da CSB e presidente do Sindicato dos Policiais Federais no Distrito Federal (Sindipol-DF), "inércia é a palavra de ordem" do Ministério da Justiça e da Secretaria de Direitos Humanos do Departamento da Polícia Federal (DPF). De acordo com dados dos sindicatos, concedidos à Agência Câmara, dois policiais cometem suicídio no Brasil a cada três meses (a estatística não registra o número de mortes por causas desconhecidas e tentativas de suicídio).

Outra explicação para o crescente índice de suicídios, citada pelos sindicalistas na Comissão, é a defasagem nas políticas de saúde no trabalho voltadas aos policiais. Segundo entrevista do presidente da Federação Nacional dos Policiais Federais (Fenapef), Jones Borges Leal, à Agência, mais de 30% dos profissionais da PF estão em tratamento psicológico ou psiquiátrico, enquanto o DPF possui apenas 27 médicos especialistas para atendê-los. "Nos últimos três anos, tivemos 20 suicídios. Nós perdemos mais colegas para o suicídio que para o crime organizado", ressaltou Leal.

À assessoria de comunicação da CDHM, o presidente do Sindicato dos Policiais Federais do Rio Grande do Sul, Ubiratan Sanderson, também afirmou que o Estatuto do Policial Civil da União é mais um entrave na solução do problema. "Não temos a quem recorrer. O regime da PF é mais rígido que o das Forças Armadas. Quando buscamos alertá-los sobre nossa situação, eles nos dizem: 'Reclamem para o bispo ou então peçam para sair'", lastimou.

Ainda conforme a assessoria da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara, o objetivo da iniciativa do presidente da CDHM, deputado Paulo Pimenta (PT-RS), foi "abrir um debate amplo sobre as políticas públicas voltadas à segurança, assistência médica e psicológica desses profissionais".

Fontes: Agência Câmara Notícias e CDHM – Assessoria de Comunicação/ Reeditadas

Nobel de Economia critica política de Levy e juros altos

"Se fizéssemos os mercados agirem como mercados, teríamos menos desigualdade", declara Stiglitz ao Valor Econômico

Em entrevista ao jornal Valor Econômico, o Prêmio Nobel de Economia Joseph Stiglitz opinou sobre a dinâmica do mercado capitalista e as decisões tomadas pelo governo para estabilizar a situação econômica brasileira.

Sobre as perspectivas de baixo crescimento do PIB brasileiro e a eficácia do ajuste fiscal e do aumento das taxas básicas de juros para conter a inflação, o economista assegurou que "austeridade não funciona". Segundo Joseph Stiglitz, "o Brasil precisa é de uma reforma fundamental em seu setor financeiro". "Vocês têm uma das taxas de juros mais altas do mundo. Não é de surpreender que isso esteja afugentando os investidores. Não surpreende que vocês não consigam crescer".

Segundo o especialista, é preciso pensar como reformar o setor financeiro do Brasil para que funcione melhor. "Não há razão para o Brasil não crescer e, principalmente, para haver um aumento no desemprego. Vocês têm excesso de capacidade em determinadas áreas, mas a questão é o que está gerando inflação e quais são os gargalos e como solucioná-los", completou.

Para Stiglitz, o principal fator que estimula a desigualdade é o capitalismo do século XXI, sobretudo o impacto do modelo econômico norte americano para o crescimento da disparidade. "(...) Os países que seguiram a política americana foram os países que tiveram o pior desempenho. Há uma clara ligação entre nossa política – a política americana, que ajudou a gerar desigualdade e problemas como a globalização – e aqueles, como os países escandinavos, que trabalharam para conter o aumento da desigualdade. Suécia, Finlândia e Noruega conseguiram crescimento na renda per capita igual ou mais rápido do que os EUA, e com muito maior igualdade", criticou.

Fonte: Valor Econômico/ Reeditada

Cade investiga 15 bancos suspeitos de cartel no mercado financeiro

Processo é o primeiro antitruste feito no Brasil por manipulação

Quinze bancos são investigados por formação de cartel no mercado de câmbio. O processo administrativo aberto pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) é o primeiro antitruste no Brasil "por manipulação do mercado financeiro" segundo matéria do jornal Folha de S. Paulo de julho de 2015. As operações suspeitas ocorreram de 2007 a 2013.

Segundo o Cade, "existem 'fortes indícios' de que esses bancos tenham adotado práticas anticompetitivas, como combinação de preço e de volume de moeda vendida a clientes e comprada deles". Em declaração à Folha, o Conselho afirmou que "as supostas condutas teriam comprometido a concorrência, prejudicando as condições e os preços pagos pelos clientes".

Após o fim das investigações, o tribunal do Conselho julgará o caso com base na determinação da Superintendência-Geral do Cade sobre a condenação ou arquivamento do processo. Condenados, os bancos terão que pagar multa de 0,1% a 20% do "faturamento do banco no ramo de atividade em que ocorreu a infração".

Bancos investigados: Banco Standard de Investimentos, Banco Tokyo-Mitsubishi UFJ, Barclays, Citigroup, Credit Suisse, Deutsche Bank, HSBC, JPMorgan Chase, Merril Lynch, Morgan Stanley, Nomura, Royal Bank of Canada, Royal Bank of Scotland, Standard Chartered e UBS.

Fonte: Folha de S. Paulo/ Reeditada

JORNAL CSB
Ago/2015

Ações pelo Brasil reivindicam direitos dos trabalhadores

Com o apoio da CSB, sindicatos da base mobilizaram suas categorias por valorização, melhores salários e condições de trabalho

Mobilização em Itatiba contou a participação do vice-presidente nacional da CSB, José Avelino Pereira, o Chinelo, e com o apoio do Sindicato dos Metalúrgicos de Itatiba e Regiã

No primeiro semestre de 2015, grandes mobilizações fizeram parte da agenda de luta dos sindicatos da CSB em todo o Brasil. O Sindicato dos Servidores Municipais de Itatiba se organizou para cobrar reajuste salarial e melhores condições de trabalho para servidores públicos e professores da rede de ensino. Contra o sucateamento do Sistema Único de Saúde (SUS), o Sindicato dos Servidores Públicos da Saúde e do Meio Ambiente do Mato Grosso (SISMA/MT) realizou paralisação por 24h. Já o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Campo Novo do Parecis (SSPM) conseguiu reunir 200 servidores para reivindicar a adequação do plano de cargos e melhorias em infraestrutura. Em Uberlândia, o Sindicato dos Servidores do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais (Ipsemg) interrompeu as atividades, reivindicando reajuste salarial e um novo plano de carreiras. Nas regiões norte e nordeste, o Sindicato dos Enfermeiros do Pará (SENPA) realizou ações pela redução da jornada de trabalho na enfermagem, enquanto o Sindicato dos Taxistas de Fortaleza (Sinditaxi) organizou 800 taxistas no levante contra o transporte clandestino de passageiros, respectivamente.

VEJA OUTRAS MOBILIZAÇÕES:

Servidores públicos do DF

Após intensa mobilização, o Sindicato dos Agentes de Atividades Penitenciárias do Distrito Federal (Sindpen-DF), com o apoio da CSB, conseguiu garantir a manutenção dos reajustes salariais para os servidores públicos do Distrito Federal.

Servidores de Juscimeira

Com a participação de mais de 220 trabalhadores da região, o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Juscimeira (SISPJUS), no Mato Grosso, realizou manifestação contra os atrasos na folha de pagamento, que ocorrem há mais de seis meses.

Fundação do Sindicato dos Servidores de Aracitaba

O diretor da CSB e presidente da Federação Única Democrática de Sindicatos das Prefeituras, Câmaras Municipais, Empresas Públicas e Autarquias de Minas Gerais (Feserp-MG), Cosme Nogueira, acompanhado pelo secretário do Conselho Fiscal da Federação, Francisco Carlos da Silva (Chiquinho), esteve no interior de Minas Gerais para a fundação do Sindicato dos Servidores Municipais de Aracitaba, Paiva e Oliveira Fortes. A Entidade representará cerca de 2.500 trabalhadores.

Corrida contra o câncer de mama

Dirigentes da CSB participaram da Corrida Contra o Câncer de Mama no Rio de Janeiro. O evento, iniciativa do Instituto Brasileiro de Controle do Câncer (IBCC), teve por objetivo conscientizar sobre a importância do diagnóstico precoce e do tratamento da doença.

JORNAL CSB
Abr/2015

Audiência Pública defende fim das interferências do MPT no movimento sindical

CSB defendeu o fortalecimento e a independência de atuação dos sindicatos

Dirigentes da CSB participaram da audiência pública na Câmara dos Deputados

A audiência pública "A Relação entre o Ministério Público do Trabalho e as Entidades Sindicais", realizada na Câmara dos Deputados, foi proposta pelo Observatório Sindical e pela Agência Social com base em denúncias do movimento sindical de que alguns membros do Ministério Público do Trabalho (MPT) têm praticado abusos ao submeter os sindicatos a Termo de Ajuste de Conduta (TAC), além de interditos proibitórios e intervenções nas entidades.

Durante a mesa, foram questionadas distorções e ingerências do MPT que, em muitas situações, restringe a ação das entidades sindicais. Um dos principais pontos defendidos pelas centrais é a manutenção da contribuição assistencial, prevista na Constituição como "prerrogativa dos Sindicatos", mas que tem sido alvo de contestação por parte do Ministério Público. Para as centrais, interferências no recolhimento da contribuição assistencial enfraquecem a organização sindical e sua capacidade de representação e proteção do trabalhador.

Na ocasião, Antonio Neto defendeu o posicionamento da Coordenadoria Nacional de Promoção da Liberdade Sindical (CONALIS), que garantiu a cobrança da contribuição assistencial dos trabalhadores, filiados ou não filiados, desde que aprovada em assembleia geral. "O trabalhador que não é associado também se beneficia das conquistas da entidade. Aquele que não contribui não pode se beneficiar dos mesmos direitos do que é associado", disse.

De acordo com Alvaro Egea, as ações do Ministério não se restringem às questões da contribuição e aos estatutos. "As ações do MPT contra a autonomia sindical têm sido amplas, gerais e irrestritas", explicou o secretário-geral.

Central debate mudanças no Sistema Nacional de Emprego

Com alterações do MTE, o programa poderá atender até cinco mil cidades

No mês de junho, o Ministério do Trabalho e Emprego promoveu reunião, em Brasília, para apresentar propostas de alteração do Sistema Nacional de Emprego (SINE). A CSB foi representada pelo vice-presidente, José Avelino Pereira (Chinelo).

De acordo com Chinelo, a proposta estabelece uma série de alterações importantes para os trabalhadores, após quatro décadas de criação do SINE. "Uma das principais mudanças está na ampliação da área de atuação do SINE. Hoje, os programas que compõem o sistema chegam no máximo a 1,5 mil municípios brasileiros. Com a proposta, ações do sistema podem chegar a cinco mil cidades", afirma o vice-presidente.

Entre as ações promovidas pelo SINE, está a distribuição de recursos para programas de qualificação de mão de obra e recolocação de trabalhadores em postos de trabalho.

104ª Convenção Internacional da OIT debate o futuro do Trabalho

Delegação da CSB participou do evento, que contou com a presença do ministro Manoel Dias

Luiz Sergio Lopes, Regina Dunlop e João Alberto Fernandes na OIT em Genebra

A CSB participou da 104ª Convenção Internacional da Organização Internacional do Trabalho (OIT), realizada em Genebra, que debateu o futuro do trabalho sob quatro prismas: trabalho e sociedade, organização do trabalho e produção, trabalho apropriado para todos e governança.

Antonio Neto, Luiz Sergio da Rosa Lopes (vice-presidente da Fedcont), João Alberto Araújo Fernandes (vice-presidente do SINDAERGS) e Aelson Guaita (presidente do SINQUISP) compuseram a delegação da CSB, que foi recebida pela embaixadora Regina Maria Cordeiro Dunlop, representante do Brasil na ONU em Genebra, que discursou sobre a importância da agricultura familiar para o País.

Representantes de 185 estados-membros da OIT, entre eles o ministro Manoel Dias, falaram sobre os problemas relacionados ao emprego em suas regiões, o papel das pequenas e médias empresas, desenvolvimento do trabalhador, criação e proteção de empregos decentes e produtivos.

O presidente da CSB reforçou a necessidade que o Brasil tem de regulamentar a Convenção 151 da OIT, que dispõe sobre o direito de greve dos servidores públicos e do direito de liberdade sindical desta categoria. "A não regulamentação da Convenção gera um cenário de instabilidade representativa dos entes sindicais públicos e de seus dirigentes, bem como afeta diretamente a luta pelos direitos dos servidores públicos em geral", argumentou Antonio Neto.